

Movimento estudantil paranaense: uma análise a partir das fotografias dos Congressos Estaduais durante a ditadura brasileira

Resumo

Este estudo está permeado por uma discussão de cunho teórico sobre o uso da imagem fotográfica como fonte de pesquisa, especialmente no campo da História da Educação. Em seguida, caracteriza as especificidades da organização estudantil secundarista no período de 1964 à 1985. Para tanto, são utilizados documentos arquivados pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS), tendo também algumas imagens fotográficas como fonte eleita como objeto de análise. A proposta deste trabalho está pautada na caracterização do modus operandi dos DOPS em relação ao Movimento Estudantil, especialmente com relação à organização de eventos estudantis.

Palavras-chave: História, Fotografia e Movimento Estudantil.

Silvana Lazzarotto Schmitt
Secretaria de Estado da Educação
sillazzarotto@hotmail.com

Alexandre Felipe Fiuza
UNIOESTE/ Campus de Cascavel
alefiuza@terra.com.br

Introdução

Este texto se utiliza de uma rica fonte, no caso, as fotografias arquivadas pela polícia política brasileira – paranaense, as quais se encontram reunidas no Arquivo Público do Estado do Paraná e fazem parte do Acervo da DOPS-Pr (Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná), bem como os demais documentos de outra espécie ali encontrados.

Nesta perspectiva, faz-se pertinente destacar algumas questões sobre a ação da polícia política, em particular em seu período mais atuante, ou seja, na ditadura civil-militar brasileira, quando as DOPS ou os DOPS¹ viveram momentos de atuação muito intensos e distintos, como bem assevera Kushnir:

No papel de acumulador e gerenciador de informações, fazendo-as circular e abastecendo órgãos de inteligência de dados, os Dops estaduais viveram em uma só década – de 1968 a 1979 (do AI-5 à Anistia) – seu, apogeu, crise e início do processo de extinção. (2002, p. 559).

Ainda com relação aos cuidados com essa fonte de pesquisa, é importante destacar que a utilização dos documentos encontrados nessa instituição, deve ser objeto de escrutínio. Afinal, emanados do Estado e seus agentes, esta documentação deve ser relacionada à outras fontes, pois expressam uma visão unilateral do poder autoritário sobre o tecido social.

Tal fato nos remete à discussão de que os arquivos da polícia não disponibilizariam provas contra o próprio Estado, mas, sim, produziram provas sobre o inimigo político eleito. Por outro lado, isso não significa que não há documentos que comprovem a tortura, inclusive contra estudantes, eles só não foram publicizados. Todavia, podemos encontrar nesses arquivos, documentos, jornais e outros materiais produzidos pelos estudantes e arquivados pelos agentes da DOPS. Curiosamente, em razão da ditadura, os estudantes não acumulavam material do movimento para não correrem riscos, sendo que uma significativa parte da documentação produzida por eles foi arquivada pelos serviços de inteligência e pelas DOPS.

Um dos materiais recorrentes nestes acervos são as fotografias. Isso se explica pela própria natureza do material, uma vez que a fotografia era considerada como prova inequívoca nos processos. Como bem assevera num clássico estudo sobre a fotografia como documento social, a fotógrafa alemã Gisèle Freund destaca sua forte influência: “Su poder de reproduzir exatamente la realidade externa – poder inherente a su técnica – le

¹ A nomenclatura dada a essa instituição se modifica em cada Estado. Em alguns é chamado de Departamento de Ordem Política e Social e, em outros, como no Estado do Paraná, a nomenclatura é Delegacia de Ordem Política e Social. Em outros casos estaduais receberam os dois nomes.

presta un carácter documental y la presenta como el procedimiento de reproducir más fiel y más imparcial de la vida social' (2011, p.08).

O uso das imagens arquivadas pela polícia política se justifica porque não encontramos nas instituições de organização dos estudantes quaisquer documentos do período, sejam fotos, atas, periódicos ou qualquer outro tipo de registro. Assim, entendemos que a pesquisa histórica deva se guiar por fontes nem sempre recorrentes na investigação acadêmica de determinados objetos. Temos a clareza de que essas fotografias foram registradas pela polícia política, por isso não encontramos a autoria das mesmas.

Para subsidiar nosso estudo, nos utilizamos igualmente de algumas entrevistas com ex-militantes no processo de produção da pesquisa, bem como da bibliografia atinente à temática. Temos a ciência de que nossa pesquisa pode incorrer em equívocos, haja vista o número reduzido de fotografias, mas os demais documentos e as entrevistas realizadas nos permitem chegar a algumas considerações sobre a organização estudantil secundarista do Paraná no período da ditadura civil-militar brasileira, bem como das especificidades do olhar da polícia política para com o movimento.

A imagem como fonte de pesquisa

O uso da imagem fotográfica como fonte de pesquisa, especialmente para a História da Educação, vem tomando fôlego nos últimos anos. Todavia, ressaltamos a necessidade de se compreender como a fotografia pode ser utilizada enquanto opção metodológica, sendo preciso estabelecer alguns parâmetros e condições para o manuseio desta fonte para a pesquisa histórica. Neste sentido, Bencostta nos remete a seguinte questão:

No domínio investigativo da história da educação o uso de imagens fotográficas da escola tem-se ampliado, ainda que os resultados careçam, nas mais das vezes, de análise mais sistemática desses textos fotográficos. Além da ausência de metodologia mais apropriada na análise, a falta de arquivos específicos dificulta a localização e identificação dessas imagens. (2011, p. 398)

Sobre a fotografia, destacamos que Roland Barthes, no início de seu clássico estudo *Câmara Clara* nos remete à discussão de que a fotografia é inclassificável.

Desde o primeiro passo, o da classificação (é preciso classificar, realizar amostragens, caso se queira construir um corpus), a fotografia se esquia. As divisões às quais ela é submetida são de fato ou empíricas (Profissionais/Amadores), ou retóricas (Paisagens/ Objetos/ Retratos/Nus), ou estéticas (Realismo/Pictorialismo) (1984, p.12).

Ana Mauad nos traz uma questão pertinente a ser destacada, especialmente quando nos utilizamos da fotografia como fonte histórica: Será a fotografia uma cópia fiel do mundo e de seus acontecimentos? Mauad nos remete a seguinte reflexão:

A fotografia – para além de sua gênese automática, ultrapassando a ideia de *analogon* da realidade – é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, ou ainda, uma leitura do real realizada mediante o recurso a uma série de regras que envolvem, inclusive, o controle de um saber de ordem técnica. (MAUAD, 2008 p.31)

Portanto, para se utilizar a fotografia como fonte se faz necessário o conhecimento de sua particularidade enquanto linguagem. Ela não diferente de outras fontes, pois demanda processos comparativos com outros documentos, bem como reflexões quanto à produção desta fonte, o discurso imanente que lhe é peculiar, as escolhas estéticas, informacionais e técnicas que caracterizam a fotografia. Ou seja, “[...] a fotografia é uma fonte histórica que demanda por parte do historiador um novo tipo de crítica. O testemunho é válido, não importando se o registro foi feito para documentar um fato ou representar um tipo de vida” (MAUAD, 2008 p. 37).

Análise do ME a partir das imagens fotográficas arquivadas nos dossiês da DOPS

Para este tópico partimos do estudo realizado por Ana Mauad, quando a autora se utiliza das imagens produzidas por Milton Guram, durante a realização do XXXI Congresso da UNE.

Não se busca mais apenas a história por detrás das imagens, mas a história das imagens e dos sujeitos que, atentos às transformações do mundo, produziram essas mesmas imagens. A forma como foram elaboradas e o envolvimento dessa prática fotográfica com os acontecimentos e vivências que registrava definem um lugar social para o fotógrafo ou fotógrafa que as produziu e, ao mesmo tempo, aponta para o pertencimento desses com seu grupo ou sua geração. (MAUAD, 2010: 171).

Nosso estudo possui um viés específico, haja vista que as fotografias fazem parte do acervo da DOPS, como já mencionado. Foram tiradas por agentes da polícia política para “verificar” como os Congressos dos estudantes secundaristas eram organizados. Tendo ainda a pretensão de produzir provas que indicassem pessoas e grupos identificados como subversivos. Tal fato justifica então uma especificidade no uso dessas fotografias para elucidar a forma como os estudantes se organizavam, balizado pelos interesses de controle da polícia política.

Elegemos, para a nossa apreciação mais sistematizada, algumas imagens fotográficas do ME, especialmente aquelas relacionadas aos COESSES (Congressos Estaduais dos Estudantes Secundaristas), por serem a principal instância de decisões da União Paranaense de Estudantes Secundaristas (UPES) e, portanto, da organização estudantil secundarista do Paraná. Salientamos que havia outras atividades que faziam parte da organização dos estudantes secundaristas no Paraná, como os Conselhos Estaduais de Estudantes Secundaristas – COESUPES. Nos COESSES eram realizadas as eleições para a diretoria da UPES, direção que era substituída anualmente. Nos COESUPES eram tratados temas relacionados à questões de ordem financeira e administrativa, cuja participação estava reservada aos membros da UPES e das Uniões Municipais dos Estudantes Secundaristas. Já nos congressos havia participação de representantes de todos os grêmios estudantis do Paraná.

Destacamos que apesar das possíveis falhas de informações em que podemos incorrer ao nos utilizarmos basicamente da documentação da DOPS-PR para sistematizar como aconteceram os congressos estaduais da UPES, temos a intenção de retratar como os estudantes secundaristas organizaram tais eventos. Ressaltamos que não

encontramos registros de todos os congressos realizados, mas um número considerável, o que nos permite observar as características do ME secundarista paranaense.

Outro fator a ser considerado está no fato de as pastas da DOPS não estarem organizadas de maneira apropriada para a realização de pesquisa, havendo um emaranhado que aglutina documentos referentes aos congressos, conselhos, reuniões, entre outros. Não são nem mesmo organizadas por período/ano, pois em uma pasta há documentos do início da década de 1960 e de 1980 (SCHMITT, 2011).

Na pesquisa com os arquivos da DOPS, constatamos que durante o período de estudo (1964 -1985), há documentos sobre pelo menos 12 COESES, por sua vez, realizados entre os anos de 1967 a 1982. Curiosamente, encontramos imagens apenas no dossiê do XXIV COESES.

A leitura dos documentos referentes aos Congressos nos permite observar que foram arquivados dados da organização estudantil tais como os temários calendários dos congressos; os ofícios e circulares expedidos e recebidos pela UPES. O relatório produzido pelos agentes da DOPS permite observar, a partir dos próprios autores, que a ação da DOPS, ao acompanhar o evento estudantil na cidade de Cascavel, ocorrido entre os dias 10 a 15 de julho de 1973, era de cunho *preventivo* e não *repressivo*. Que de início foram tomadas as medidas necessárias para verificação de elementos subversivos, cujos nomes são mencionados no relatório e que foram à cidade de Cascavel com a intenção de agitar e tumultuar o congresso, tendo em vista que tais estudantes não pertenciam à classe de estudantes secundaristas. O texto foi finalizado ressaltando que, em função da ação preventiva dos agentes da DOPS, o congresso transcorreu num clima de tranquilidade, sem ataques ao governo federal, o que teria se diferenciado dos anos anteriores quando ocorreram ataques ao governo federal.

Como mencionado acima, nossa análise tem como foco principal o olhar da polícia política em relação a organização do XXIV COESES, na cidade de Cascavel. Além das fotografias, no dossiê organizado com os documentos do XXIV COESES, encontramos recortes de jornais, documentos confeccionados pelos estudantes: calendário do evento, regulamento, o estatuto da UPES, ofícios e o relatório produzido pelos agentes da DOPS.

O jornal *Fronteira do Iguaçu*, na coluna intitulada “O Caldeirão”, faz, de forma agressiva, críticas à organização dos estudantes durante o congresso. Salientamos aqui que tal atitude com relação aos estudantes era recorrente no período, pois havia certo repúdio de setores da sociedade às ações dos estudantes, especialmente aqueles engajados na luta política.

Felizmente encerrou-se o Congresso Estudantil que **bagunçou** a cidade durante quatro dias. Muitas reclamações e protestos da população contra esses “vândalos” que, antes de pensar em participar de congressos, deveriam levar umas boas lições de educação e, principalmente, conscientizarem-se de que são estudantes. Lamentavelmente foi um mau negócio para Cascavel ajudar a realização desse “congresso”. (Jornal *Fronteira do Iguaçu*, 17 de julho de 1973).

Encontramos no relatório, produzido por funcionários da instituição, a transcrição dos discursos proferidos, por meio de gravação sonora, referentes ao XXIV COESES realizado no antigo Cine Avenida, no centro de Cascavel. O relatório inicia-se com a discriminação das atividades realizadas, tendo como referência o temário do evento. O texto destaca que na solenidade de abertura do evento havia a representação de aproximadamente 360 grêmios estudantis por aproximadamente 800 alunos e no total havia cerca de 1300 pessoas.

Outro aspecto que chama a atenção está no fato de que são transcritos no relatório alguns discursos proferidos durante o congresso, outros são apenas citados de forma resumida, é o caso dos discursos proferidos na cerimônia de abertura do congresso em que o relatório cita o uso da palavra por alguns representantes dos municípios paranaenses, como, por exemplo, quando fizeram uso da palavra os representantes de Foz do Iguaçu, Guarapuava, Campo Mourão, entre outros.

Abaixo citamos alguns fragmentos dos discursos reproduzidos na íntegra. Iniciamos com o proferido pelo então deputado estadual Álvaro Dias, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o qual, ao cumprimentar a mesa, destaca: “Senhores AGENTES, aqui destacados, compreendo sua presença e sua missão, tenho certeza que compreendam a minha presença e a minha missão...”². Nitidamente, nesse momento, o

² Pasta da UPES n°. 2331, topografia 265.

deputado estava se dirigindo aos agentes da DOPS e já de antemão solicitando a possibilidade de diálogo.

Seu discurso segue:

[...] venho falar da participação necessária e imprescindível do jovem na vida pública, no desenvolvimento do País, não tenho pretensão de convencer ninguém a participar, mas pelo menos, pretendo ter um ideal de fazer com que a mocidade pense, porque depois de fazê-la pensar, fácil será fazê-la querer, esta mocidade precisa querer. No Brasil a história nos dá acontecimentos, acontecimentos marcados pela brilhante passagem da mocidade em todos os instantes [...] (Pasta UPES nº. 2331, topografia 265 *apud* SCHMITT).

O discurso segue citando passagens da história do Brasil em que a atuação de um ou mais jovens contribuiu para, por exemplo, lutar pela libertação dos escravos, emancipação política do país, queda do Império, proclamação da República, entre outros.

Quando se refere ao regime político do país, o faz de forma ambígua, como podemos observar nos fragmentos a seguir: “[...] estou convencido de conquistar e inspirar a veracidade deste País num futuro promissor em que pese os dias negros no sentido de democracia autêntica que estamos vivendo [...]” (Idem).

Em seguida, questiona o fato de que a juventude se afastou das discussões políticas do país e então destaca:

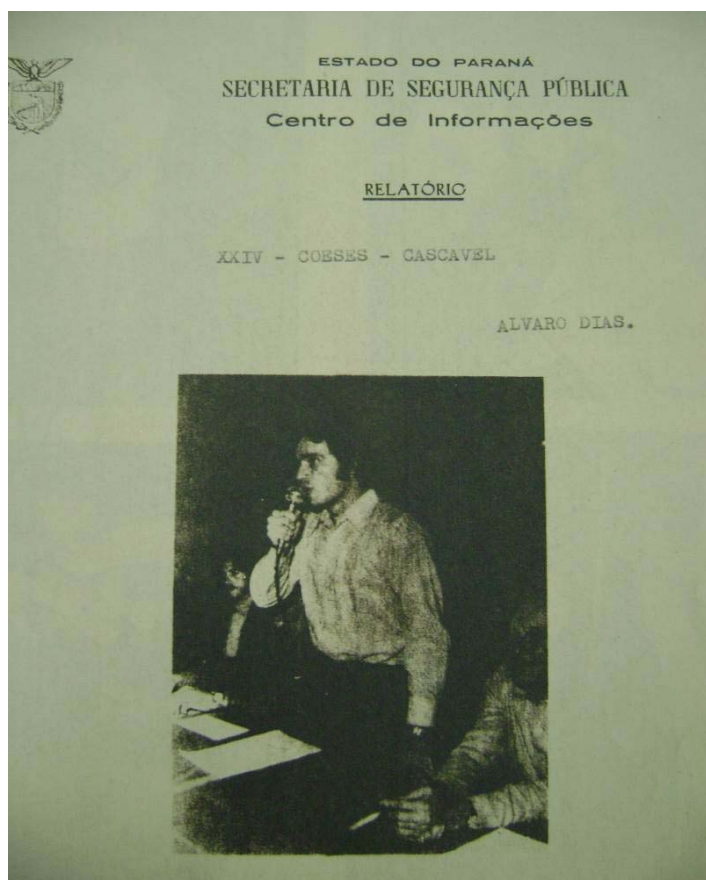
Para afastá-los na verdade nós temos que ter a coragem suficiente para reconhecer que esta geração que aí está que está pagando por erros que não cometeram, os jovens estão pagando por erros que não cometeram porque quando caiu do poder JOÃO GOULART, nem sequer eleitores éramos [...] esse erros não foram cometidos com a participação desta geração que aí esta cerceada de seus direitos de participação na vida política nacional [...]. (idem).

Ou seja, o político do partido de oposição ao regime, o MDB, atribuía indiretamente à eleição de Jango os males trazidos pelo Golpe de 1964. O relato do debate após o discurso de deputado estadual girou em torno de questões de cunho educacional, pois, dentre as solicitações dos estudantes, a mais latente referia-se ao pedido de construção de quadras esportivas nos colégios estaduais do Paraná.

Quando a análise do discurso³ de Álvaro Dias foi feita pelos agentes da DOPS-PR, são observados e elencados diversos aspectos que estariam se referindo ao governo militar de forma negativa e incitando os jovens a encará-lo como um inimigo. O relatório destaca:

No XXIV, Cascavel, 1973, foram feitas diversas críticas ao sistema econômico social. O objetivo desse congresso foi divulgar as ideias de Enéas Faria e Álvaro Dias. Houve destacada presença de elementos do MDB. O pronunciamento de Enéas Faria e Álvaro Dias se caracterizaram por lançar aos estudantes ideias contrárias ao regime vigente. (Pasta UPES nº. 2328, topografia 264 *apud* Schmitt 2011).

O relatório é endossado com as fotografias referentes à organização do evento. Podemos observar abaixo a fotografia de Álvaro Dias proferindo seu discurso. Consideramos relevante destacar que a imagem é uma fotografia do relatório, que possui uma cópia da fotografia de Álvaro Dias, ou seja, não encontramos a foto original.

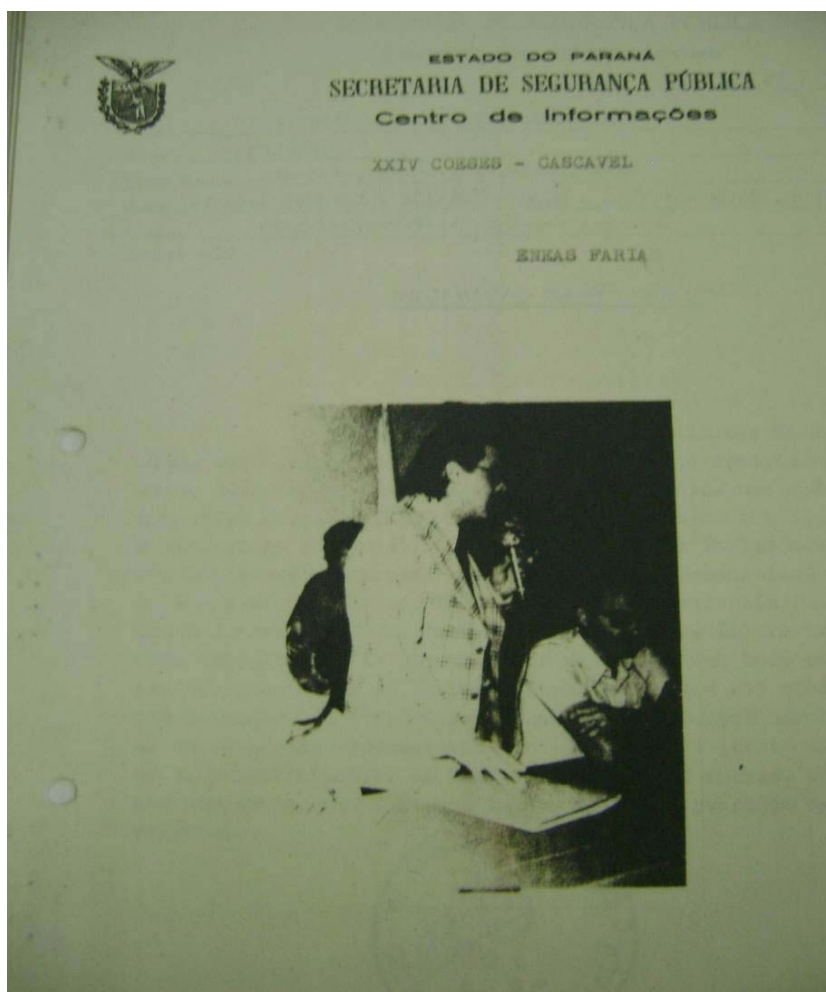


³ A análise das atividades estudantis desde 1973 até 1975 está arquivada na pasta UPES nº. 2328, topografia 264.

Também foi reproduzido o discurso do vereador Enéas Faria⁴, o qual ficou em torno da discussão referente ao salário mínimo. O vereador criticou a política do governo com relação ao valor do salário mínimo, que estava defasado:

O governo anuncia, entre seus programas de impacto, a fixação de novos índices de salário mínimo para a Nação. Gostaria de, rapidamente, mencionar que nada de novo e que novidade alguma, principalmente benfazejas, contém a Mensagem ou o Decreto Presidencial a respeito do salário mínimo. (Idem).

Abaixo a foto do vereador que estava anexada ao relatório do Congresso. Importante destacar que também não encontramos a fotografia original, apenas essa cópia fixada ao relatório.



⁴ Enéas Faria foi presidente da UPES, vereador em Curitiba em 1968, reeleito em 1972. Foi suplente de senador e senador.

Abaixo outras fotografias, as quais também foram possivelmente tiradas pelos agentes da DOPS, que retratam a forma de organização dos estudantes, especialmente para realização deste COESES. Essas fotografias são originais, mas foram anexadas ao Dossiê e possuem algumas indicações, uma espécie de legenda para leitura da imagem.

Na primeira fotografia, numa ordem por nós organizada, podemos observar o uso das setas indicadoras, no alto da imagem, com o objetivo de identificar o local exato onde funcionava a sede da ACES – Associação Cascavelense de Estudantes Secundários.



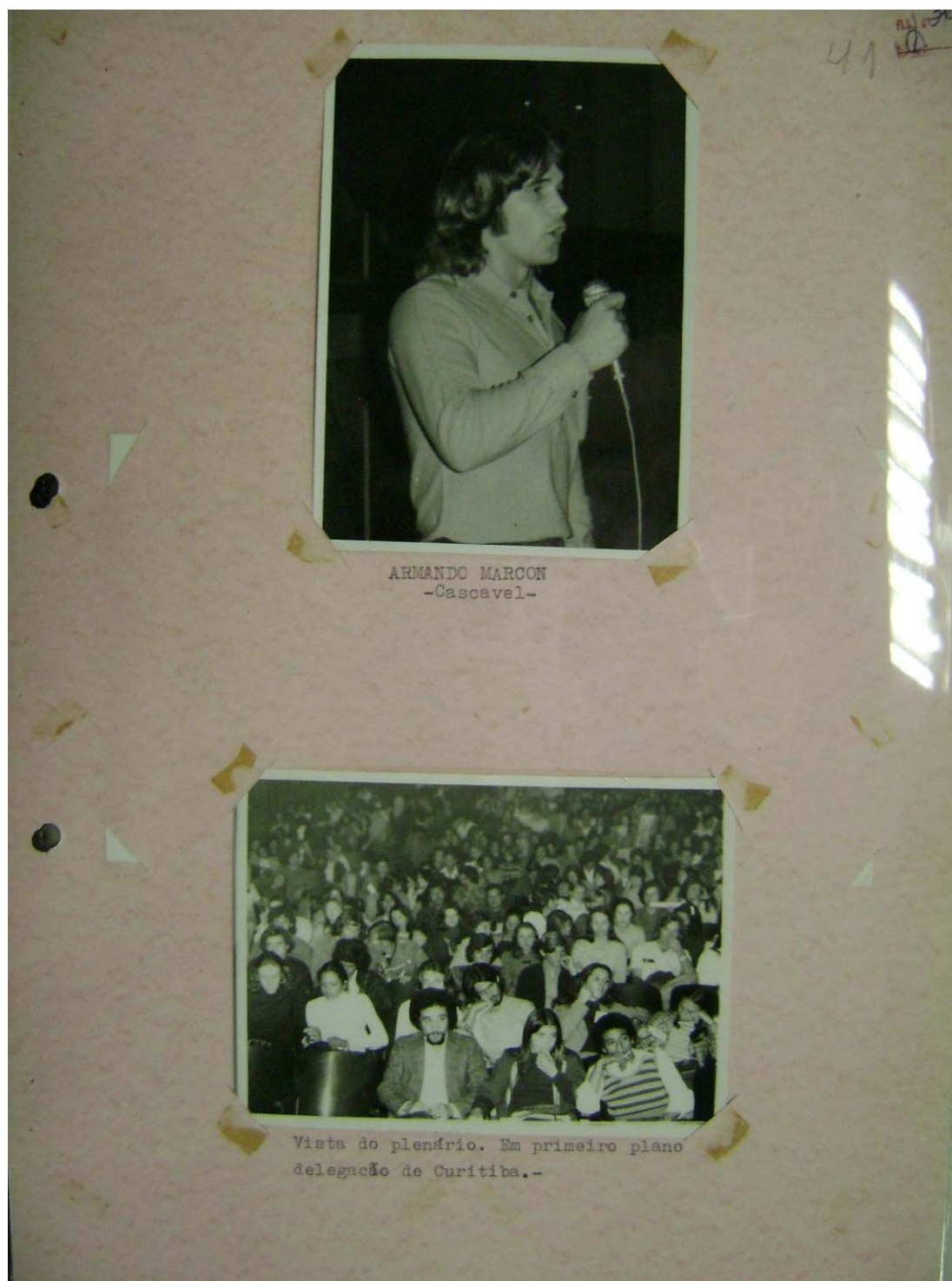
A próxima imagem identifica o local onde aconteceu o Congresso. Neste local, funcionava um cinema, espaço localizado no centro da cidade de Cascavel.



Na sequência, as fotografias, de acordo com as legendas, registram-se momentos e participantes no Congresso. Abaixo, a mesa de honra e os respectivos membros que a compunham. Pertinente destacar que no relatório não há, *a priori*, uma ordem clara das imagens, nos parece que foram colocadas ao acaso, sem uma preocupação de organizar o processo de organização dos estudantes.



Em seguida, temos algumas fotografias de participantes, com identificação da cidade que representavam. A indicação é de que esses estudantes eram na maioria jovens, mas maiores de idade. Esse fato revela que, nesse momento, faziam parte do ME pessoas que não estavam matriculados nas escolas regulares, alguns eram trabalhadores de outros setores sociais. Outro aspecto refere-se a oferta restrita de vagas para ingresso no ensino de segundo grau.



Nesta última foto, podemos observar que havia um número considerável de participantes, homens e mulheres. Nas próximas fotografias, observamos que havia uma estrutura organizada para realização do evento, como microfones, mesa de honra, entre outros. Tal fato nos remete à algumas entrevistas realizadas com ex militantes, em que eles relataram que, ao decidir o local que o evento seria realizado, uma comissão era montada

e se dirigia para a cidade algumas semanas antes do evento para buscar condições para realização do COESES.



Alguns participantes foram identificados inclusive com a instituição de ensino que representavam, outros apenas pela cidade. Percebemos ainda algumas características

dos jovens naquele período, cabelos compridos, uso da barba, em contrapartida percebemos alguns convidados para a mesa, provavelmente os políticos com seus indefectíveis ternos.



Essas fotografias, bem como, aquelas que retratam vereadores e deputados, destacam a participação de políticos nos eventos estudantis, como convidados inclusive para proferir discursos, como já mencionamos no início deste texto.

Um fato que nos chama a atenção é que tanto nas participações dos estudantes com perguntas, como na mesa de honra, não observamos a participação feminina. Tal fato deve estar ainda atrelado ao momento histórico, quando, apesar da rebeldia dos jovens, ainda havia preconceito com relação à participação das mulheres nos órgãos diretivos, e em diversos setores da sociedade.

Algumas considerações

Ensaíamos algumas conclusões sobre o uso da fotografia como fonte de pesquisa sobre a organização estudantil no período de 1964-1985. Todavia, como mencionamos no início do texto, o fizemos com algumas ressalvas, porque, afinal, essas fotos foram feitas por agentes da polícia política, com o objetivo de arquivar provas sobre a subversão ou não dos membros do ME secundaristas. Entretanto, atualmente elas nos permitem refletir tanto sobre o *modus operante* deste braço da polícia política brasileira, DOPS, bem como analisar algumas especificidades da organização estudantil no período.

Destacamos que a participação dos estudantes nos congressos estaduais – COESES, estava reservada aos membros dos grêmios estudantis e das UMES, especialmente no que diz respeito à participação nas votações realizadas. Contudo, como observado nas imagens, havia ainda a participação de políticos e membros da sociedade, que não representavam uma escola em especial. As fotos revelam ainda preocupações menos estéticas e autorais e mais informativas. Ou seja, apesar de todo o arcabouço teórico sobre a fotografia tenda a não ser tão elucidativo no exame destas fotos, por outro lado, não há como não se perceber que elas produzem um pseudo discurso objetivo. Por sua vez, estas fotos foram produzidas sem sofisticadas escolhas de iluminação ou enquadramento por parte do fotógrafo. Não obstante, elas reproduzem a premissa de que a foto seria um registro inequívoco do real. Assim, ao “[...] dirigir-se a la sensibilidad, la fotografía está dotada de una fuerza de persuasión, conscientemente explotada por los que la utilizan como meio de manipulación” (FREUND, 2011, p. 186).

As fotos aqui eleitas, por exemplo, dão movimento às ações dos estudantes, no exato momento das falas de seus representantes, revelando seus gestos e altivez na

oratória. Elas evocam um ativismo que a posta em cena frente ao microfone revela. Num período em que grassava a censura e o silêncio, por si só estas fotos já acusam atos subversivos em imagens de estudantes que falam, discursam, acusam e se expressam. Aqui se destaca a historicidade inerente a estas representações. Estas escolhas do fotógrafo denotam que o discurso fotográfico, somado aos textos dos agentes, reproduz a produção de informações sobre o inimigo. Este opositor, reiteramos, tem barba e cabelos longos, está vestido com pouca sobriedade. Sua imagem está associada a um mundo que a ditadura buscou combater, muito diferente da ideia de ordem, civismo, sujeição, imobilismo que a ditadura impôs aos jovens e à toda população.

Referências

Pastas da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2336, topografia 266.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº. 2328, topografia 264.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2333, topografia 265.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2337, topografia 266.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2338, topografia 266.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2331, topografia 266.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2335, topografia 265.

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. **Câmara clara:** nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENCOSTTA, Marcus Levy. **Memória e Cultura Escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba.** História, jun. 2011, vol. 30, nº 1, p. 396-411.

FREUND, Gisèle. **La fotografia como documento social**. 14 ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2011.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias silenciadas: histórias da censura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 553-583.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes: ensaios de história e fotografia**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008.

MAUAD, Ana Maria. **A Une somos nós, nossa força e nossa voz...experiência fotográfica e os sentidos da história no século XX**. Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/viewFile/3928/5178>

RONCAGLIO, Cynthia et alli. Os arquivos do DOPS do Paraná. **Quadrilátero** – Revista do Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília, v. 1, n°. 1, p. 41-52, mar./ago. 1998.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. **Encontros e desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense (1964-1985)**. Dissertação de Mestrado. Unioeste, 2011.